



DECOMTEC

Área de Competitividade

ÍNDICE FIESP DE COMPETITIVIDADE DAS NAÇÕES E AGENDA DE COMPETITIVIDADE PARA O BRASIL

IC-FIESP 2009

José Ricardo Roriz Coelho

24 de setembro de 2009

I. INTRODUÇÃO

II. RANKING IC-FIESP E DETERMINANTES DA COMPETITIVIDADE

III. IMPACTO DA CRISE E ESTRATÉGIAS DOS PAÍSES

IV. AGENDA E PROPOSTAS

I. INTRODUÇÃO

CONCEITO

Competitividade é a capacidade de um país de criar condições para que as empresas e organizações nele instaladas produzam o maior bem-estar possível para seus cidadãos e para que o façam crescer ao longo do tempo em relação ao dos cidadãos de outros países.

OBJETIVOS E ANÁLISES REALIZADAS

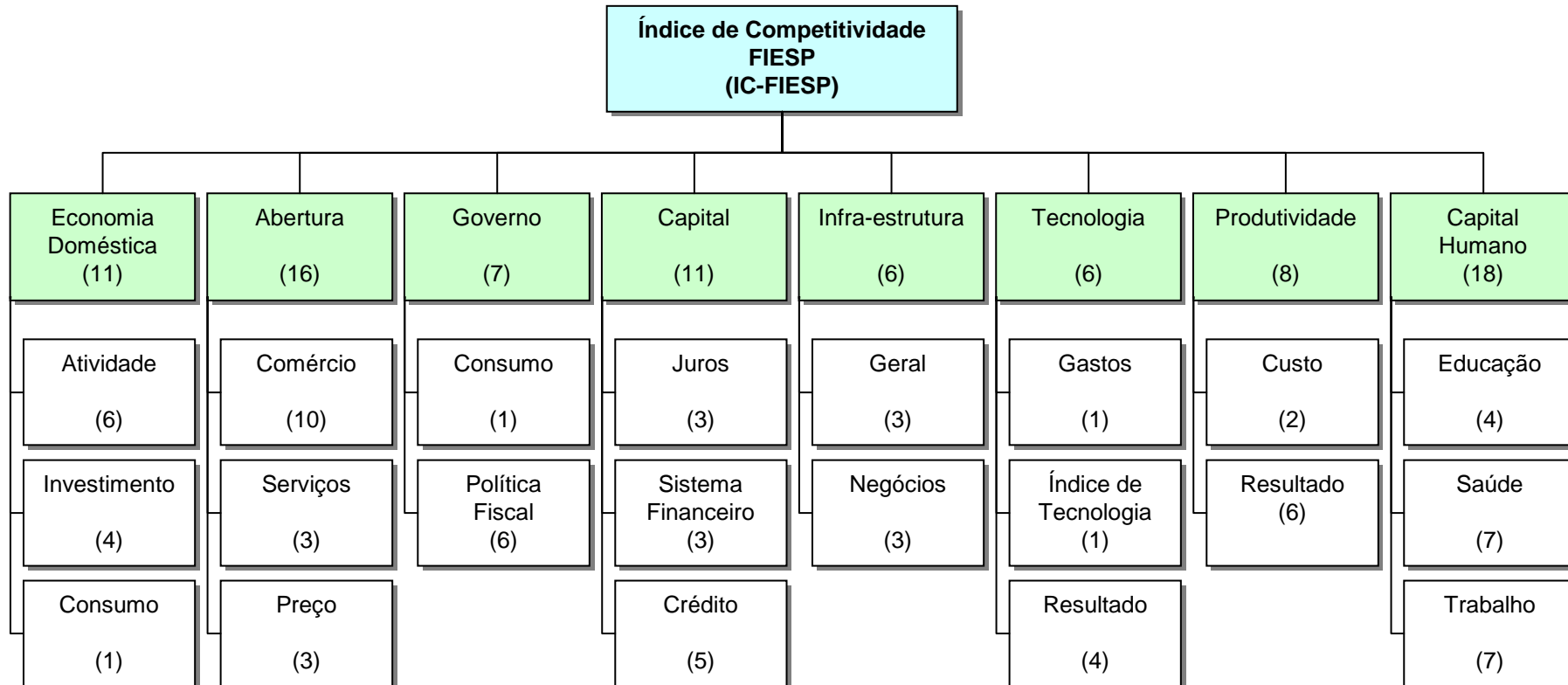
Identificar as principais restrições ao crescimento da competitividade brasileira;

Analisar experiências bem sucedidas de outros países de forma a orientar a elaboração de propostas de políticas de médio e longo prazo.





Organizou-se um banco de **48 mil** informações agrupado em oito fatores determinantes para a competitividade

ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS

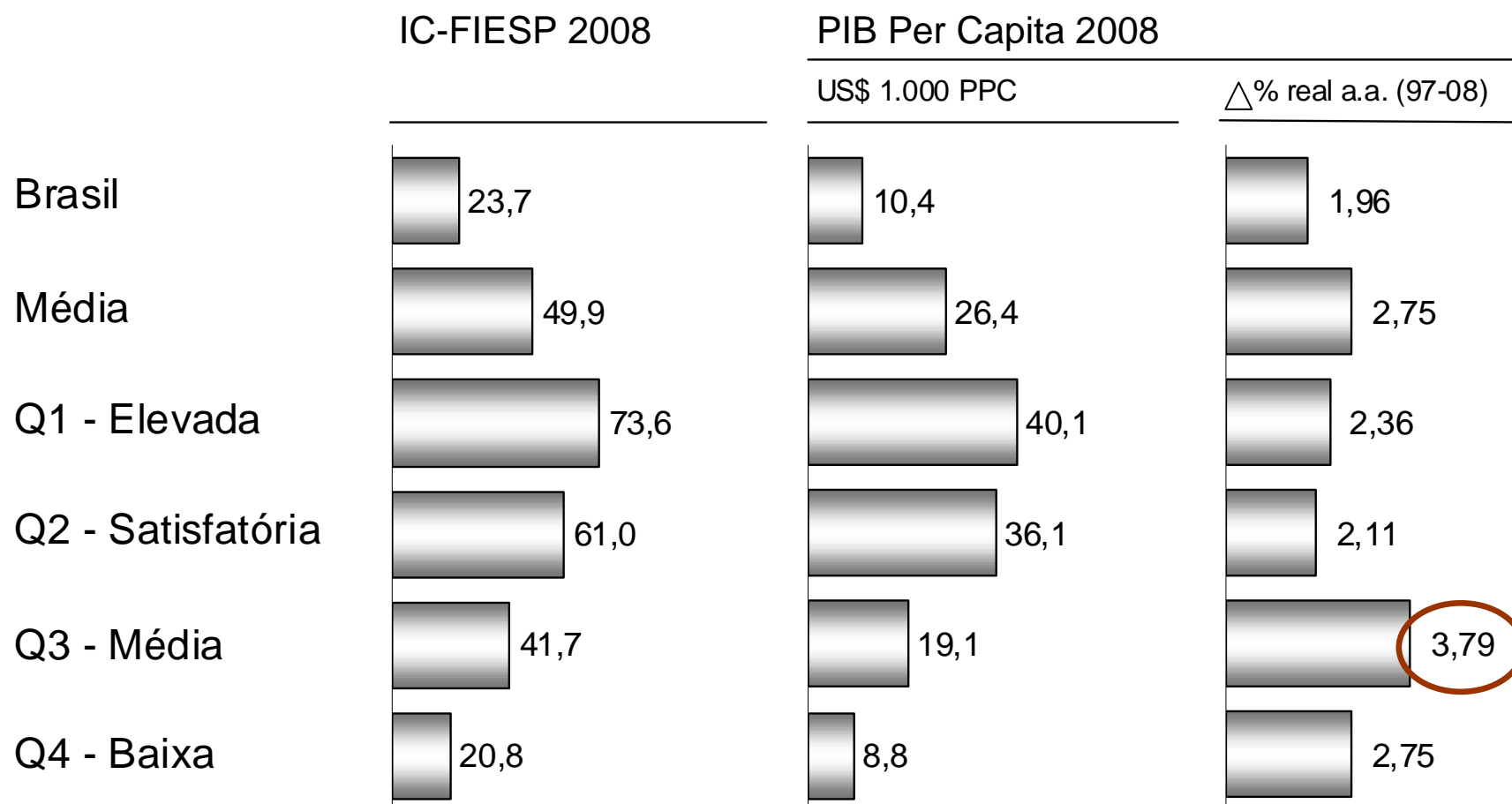


II. RANKING IC-FIESP 2008

GRUPO	PAÍS	NOTA	RK	GRUPO	PAÍS	NOTA	RK
Q1 ELEVADA	Estados Unidos	89,8	1	Q3 MÉDIA	República Checa	49,9	23
	Japão	76,5	2		Itália	47,5	24
	Noruega	76,4	3		Malásia	45,3	25
	Suíça	75,3	4		Hungria	44,7	26
	Suécia	74,7	5		China	42,5	27
	Holanda	73,9	6		Grécia	42,1	28
	Hong Kong	72,9	7		Portugal	39,0	29
	Alemanha	68,3	8		Rússia	38,2	30
	Coréia do Sul	67,8	9		Argentina	37,2	31
	Israel	67,1	10		Polônia	36,4	32
	Cingapura	67,0	11		Chile	35,8	33
Q2 SATISFA- TÓRIA	Dinamarca	66,7	12	Q4 BAIXA	Tailândia	31,6	34
	Canadá	64,2	13		México	27,7	35
	Bélgica	64,2	14		Venezuela	26,7	36
	Finlândia	63,7	15		 Brasil	23,7	37
	Reino Unido	63,7	16		 África do Sul	23,4	38
	Irlanda	62,3	17		Colômbia	18,5	39
	França	60,4	18		Filipinas	16,0	40
	Austrália	60,3	19		Turquia	15,6	41
	Áustria	60,3	20		Índia	14,0	42
	Nova Zelândia	55,0	21		Indonésia	11,3	43
	Espanha	50,4	22				

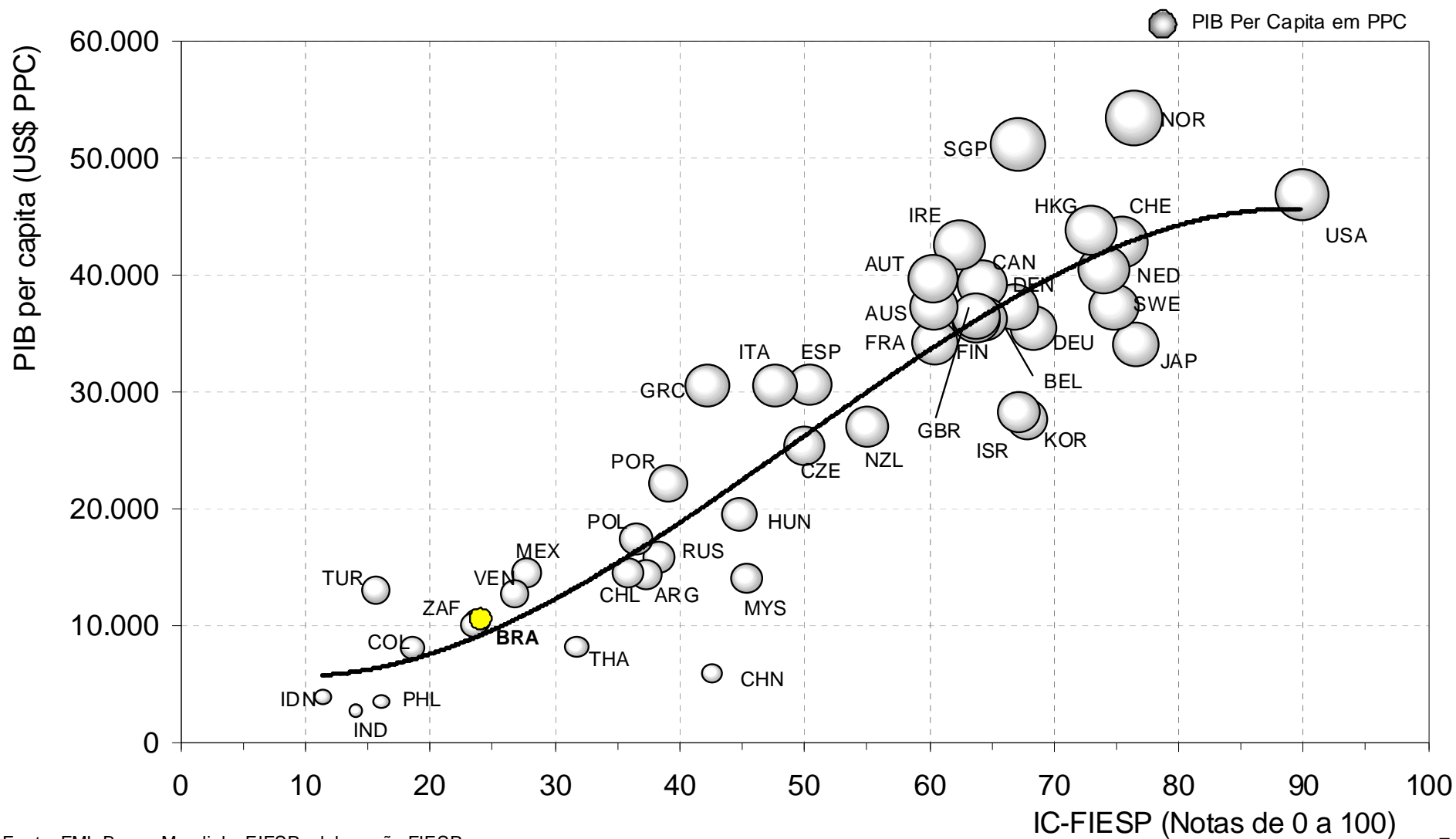
A relação entre o IC-FIESP e o PIB per capita é clara tanto quando vista pela ótica dos grupos de países...

COMPETITIVIDADE E PIB PER CAPITA - 2008



* Paridade de Poder de Compra - PPC - é a taxa de câmbio calculada a partir dos valores de uma mesma cesta de bens e serviços.
 Fonte: FMI, IBGE, Banco Mundial e FIESP; elaboração FIESP.

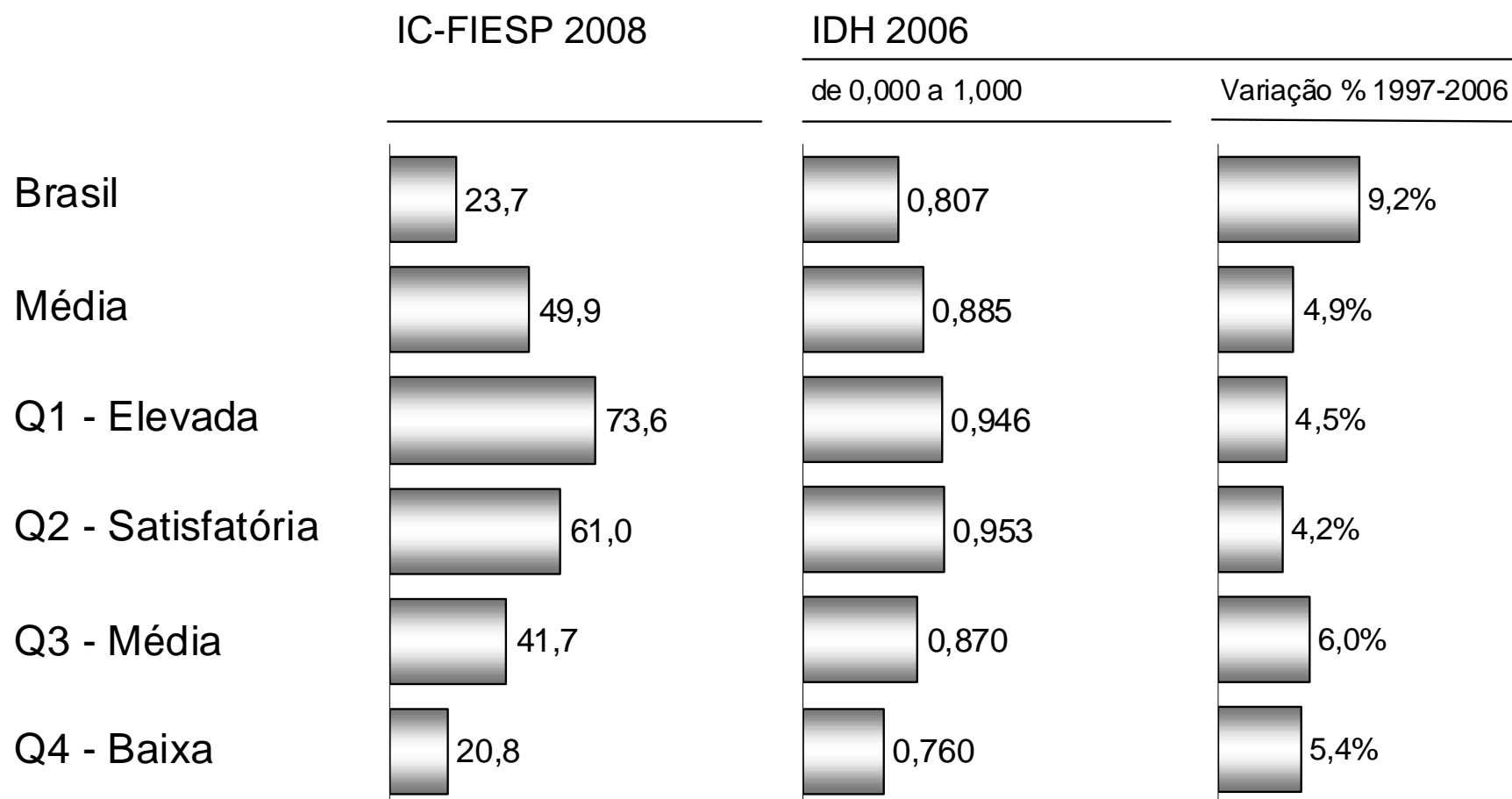
IC-FIESP x PIB per capita - 2008



Fonte: FMI, Banco Mundial e FIESP; elaboração FIESP

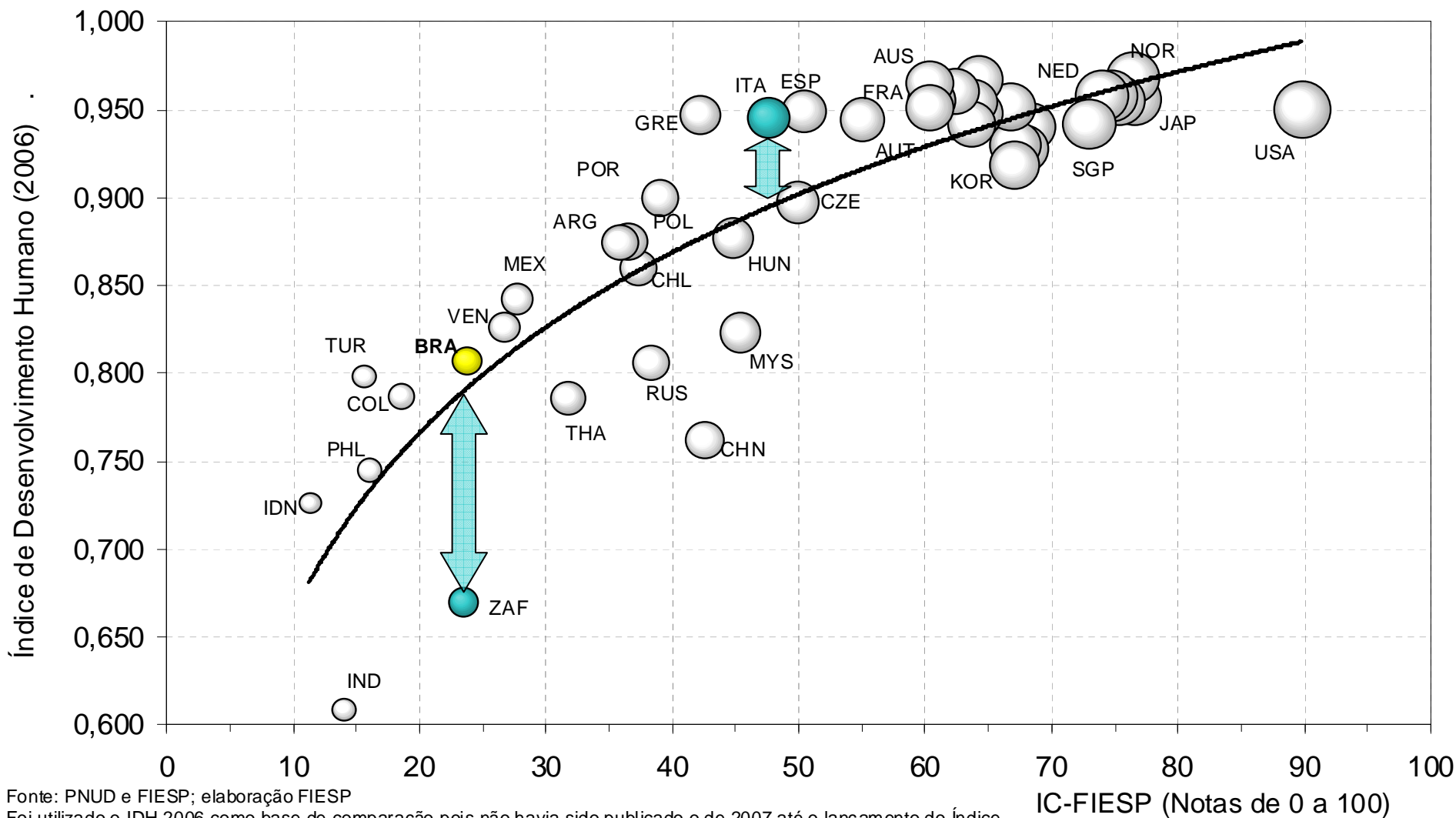
A relação entre o IC-FIESP e o Índice de Desenvolvimento Humano também é clara.

COMPETITIVIDADE E IDH - 2008



O que pode ser verificado também na comparação entre os países.

IC-FIESP 2008 x IDH 2006



Fonte: PNUD e FIESP; elaboração FIESP

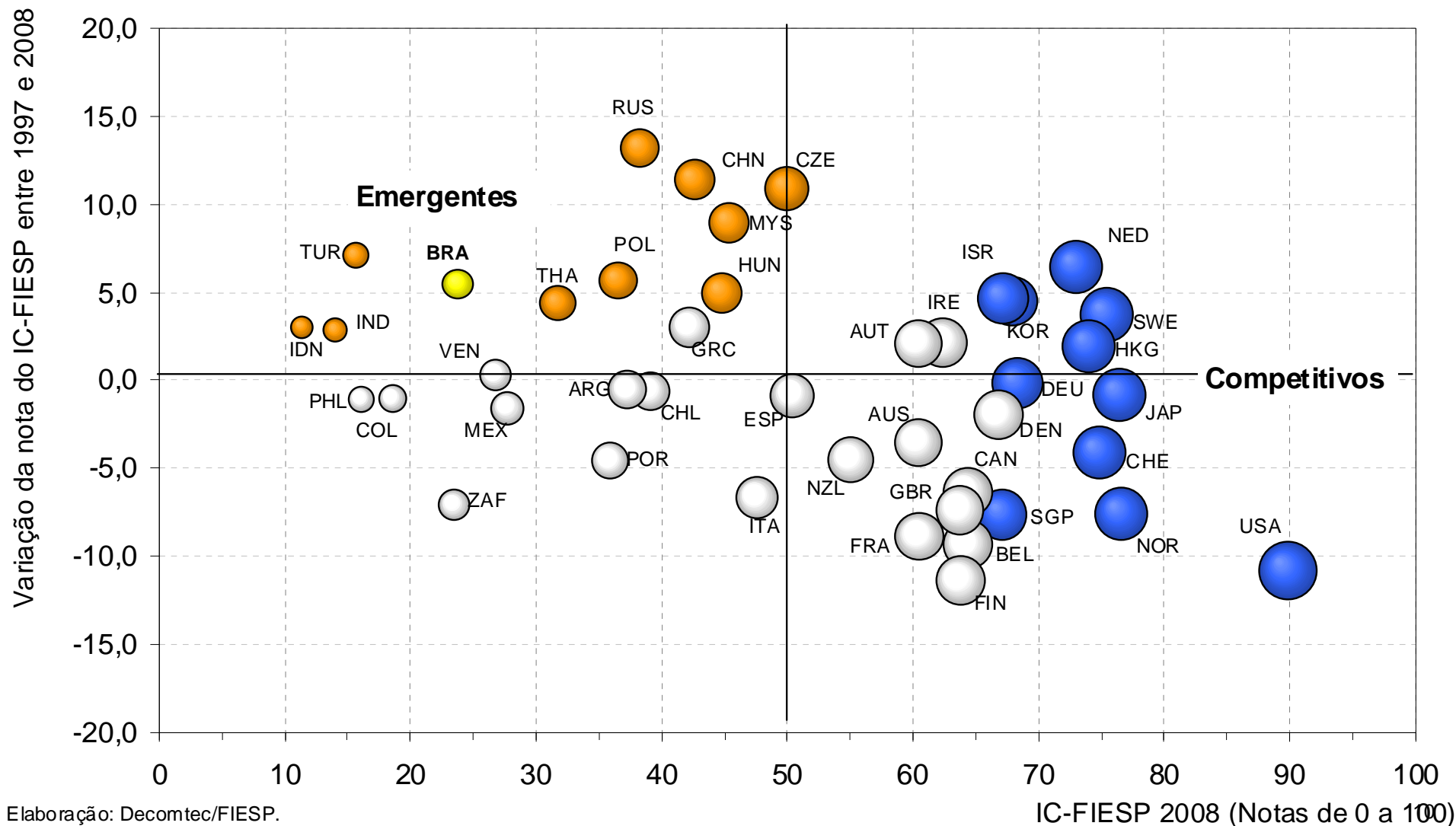
Foi utilizado o IDH 2006 como base de comparação pois não havia sido publicado o de 2007 até o lançamento do Índice

IC-FIESP (Notas de 0 a 100)



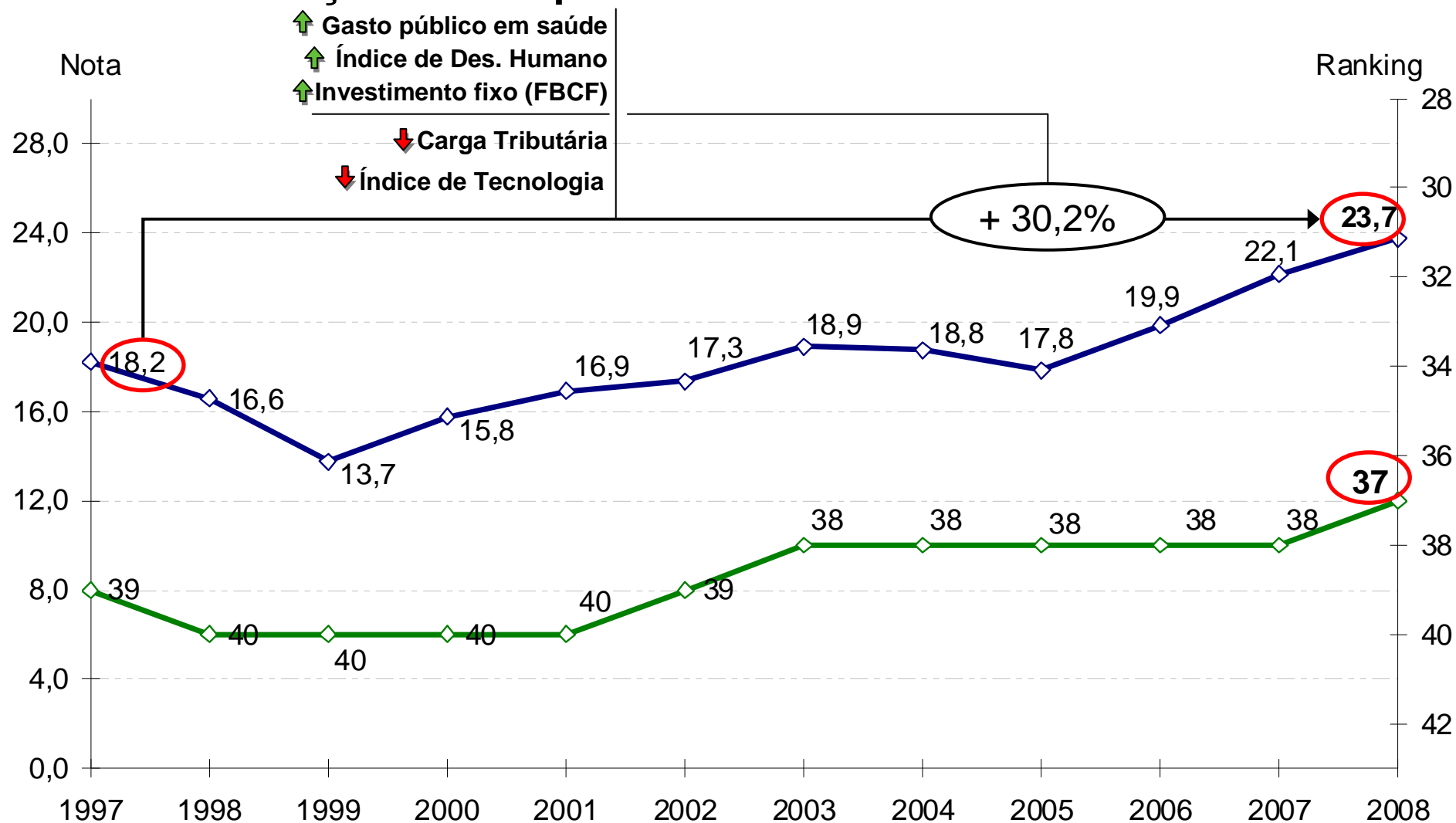
Ao se analisar a evolução histórica da competitividade, o Brasil destaca-se dentre os emergentes, enquanto os EUA estão entre os que tiveram maior queda

IC-FIESP 2008 x Crescimento do IC-FIESP entre 1997 e 2008



O avanço recente da economia brasileira resultou no melhor resultado da série e no ganho de 1 posição em 2008. O Brasil, assim, é o 37º no ranking.

IC FIESP - Evolução da Competitividade do Brasil





Entre 2006 e 2008, por sua vez, o Brasil é um dos países que mais ganhou competitividade, saindo de 19,9 pontos para 23,7.

QUEM MAIS GANHOU E QUEM MAIS PERDEU? (ENTRE 2006 e 2008)

GANHARAM COMPETITIVIDADE:

1º Indonésia	+ 5,7
<u>2º Brasil</u>	<u>+ 3,8</u>
3º Filipinas	+ 2,7
4º Alemanha	+ 2,6
5º Malásia	+ 2,6

Investimento fixo (FBCF) ↑

Juros p/ depósito ↑

Produtividade da indústria ↑

PERDERAM COMPETITIVIDADE:

1º Rússia	- 4,7
2º Polônia	- 3,6
3º África do Sul	- 3,2
4º Chile	- 2,7
5º Bélgica	- 2,7

Balança de Conta Corrente ↓

Juros p/ Empréstimo ↓

Produtividade do Setor de Serviços ↓

Apesar de não estarem criando novas vantagens competitivas, Argentina, México e Venezuela acumularam ativos que ainda hoje lhe garantem maior competitividade do que o Brasil.

PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

País

Principais Fatores de Competitividade

Argentina

(31º no IC)

- Apesar da instabilidade macroeconômica, que resulta em restrições ao crédito e alta inflação, além de reduzido nível tecnológico, o país tem um dos maiores IDHs dos países *em desenvolvimento*, maior escolaridade e menor analfabetismo do que o Brasil.

México

(35º no IC)

- O país investe pouco em P&D e em saúde pública, mas tem IDH superior ao brasileiro. Além disso, apresenta um baixo risco do sistema financeiro e reduzidos juros e spread, o que lhe garante maior taxa de investimento fixo do que o Brasil.

Venezuela

(36º no IC)

- Instabilidade macroeconômica, marcada por elevada inflação, além de baixo gasto em P&D e resultados tecnológicos ruins, são compensados por bons resultados comerciais, garantidos pela exportação do petróleo, escolaridade e renda per capita superiores à do Brasil e menor analfabetismo.

Grupos - Composição

Q1 – Países Competitivos

Estados Unidos	1
Japão	2
Noruega	3
Suíça	4
Suécia	5
Holanda	6
Hong Kong	7
Alemanha	8
Coréia do Sul	9
Israel	10
Cingapura	11

Países Selecionados

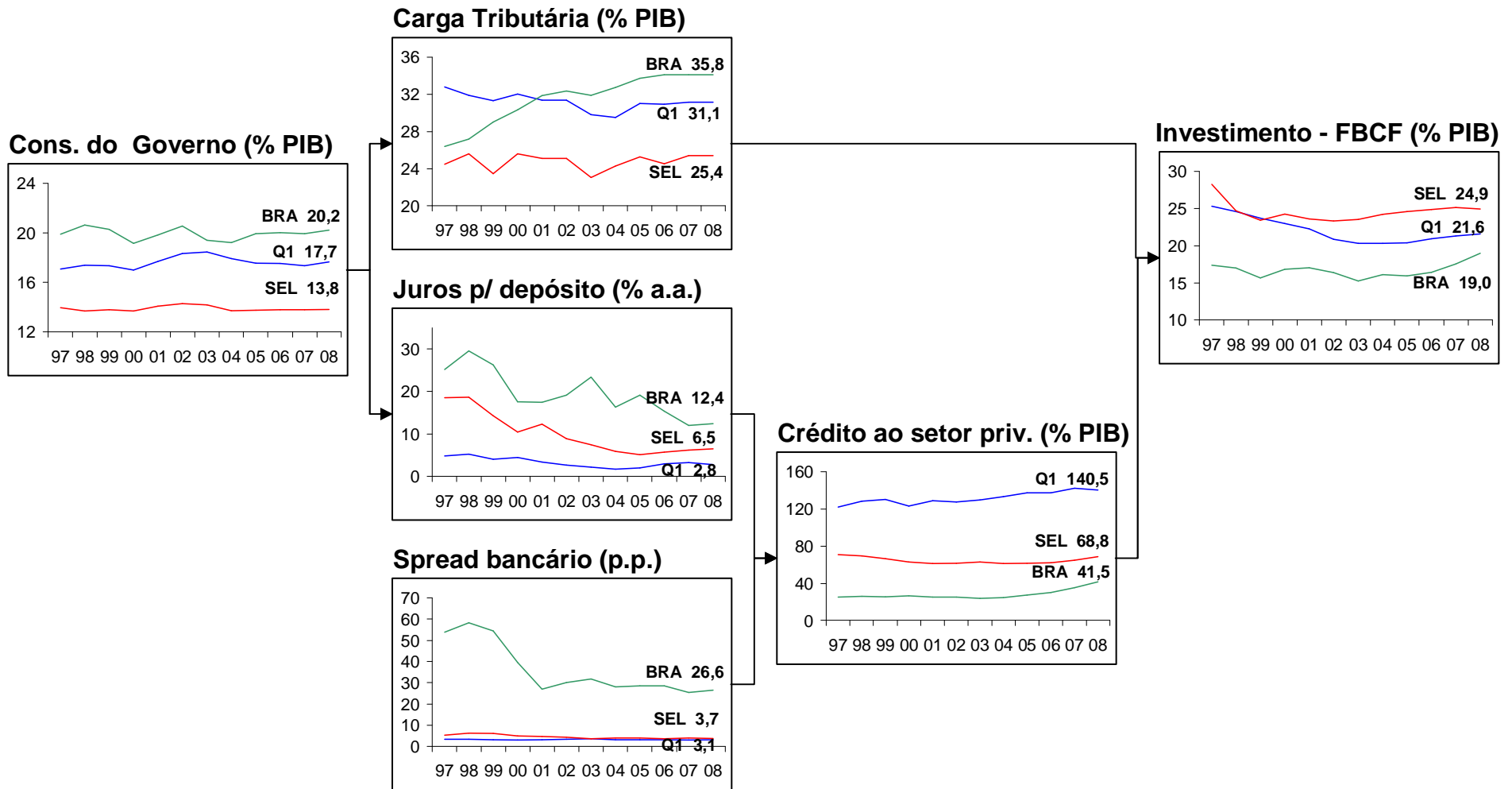
(renda similar à brasileira e que avançaram em competitividade)

Coréia do Sul	9
República Checa	23
Malásia	25
Hungria	26
China	27
Rússia	30
Polônia	32
Tailândia	34
Filipinas	40
Turquia	41
Índia	42



Elevados juros e spread limitam o crédito e, combinado com alta e crescente carga tributária, desestimulam o investimento (FBCF).

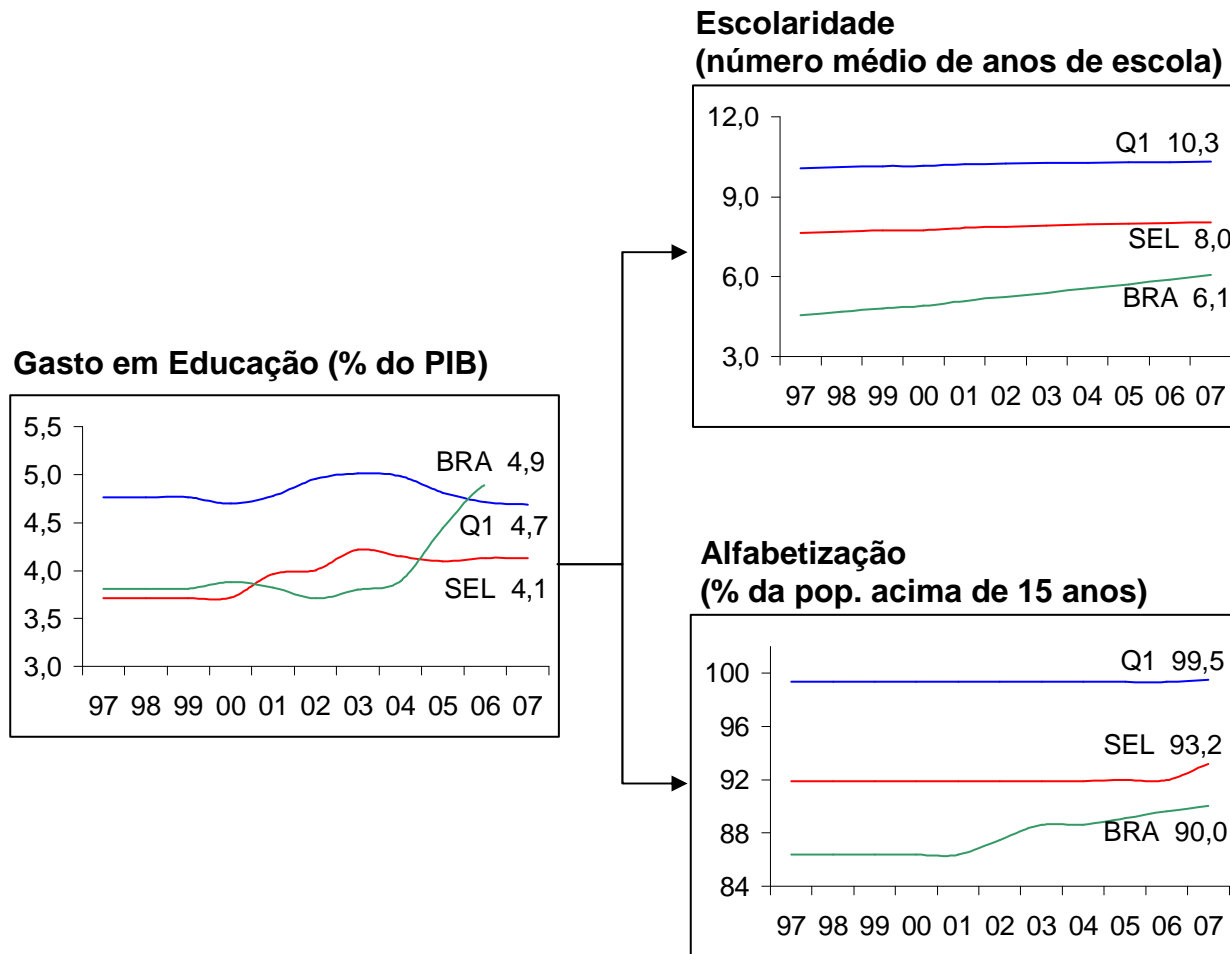
AMBIENTE DE NEGÓCIOS





A melhora recente nos investimentos em educação ainda não se refletiu em um proporcional aumento da alfabetização e escolaridade.

AMBIENTE EDUCACIONAL



FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS (2005)

BRASIL

30 mil formados
8% dos formandos
1,6 a cada 10 mil hab.

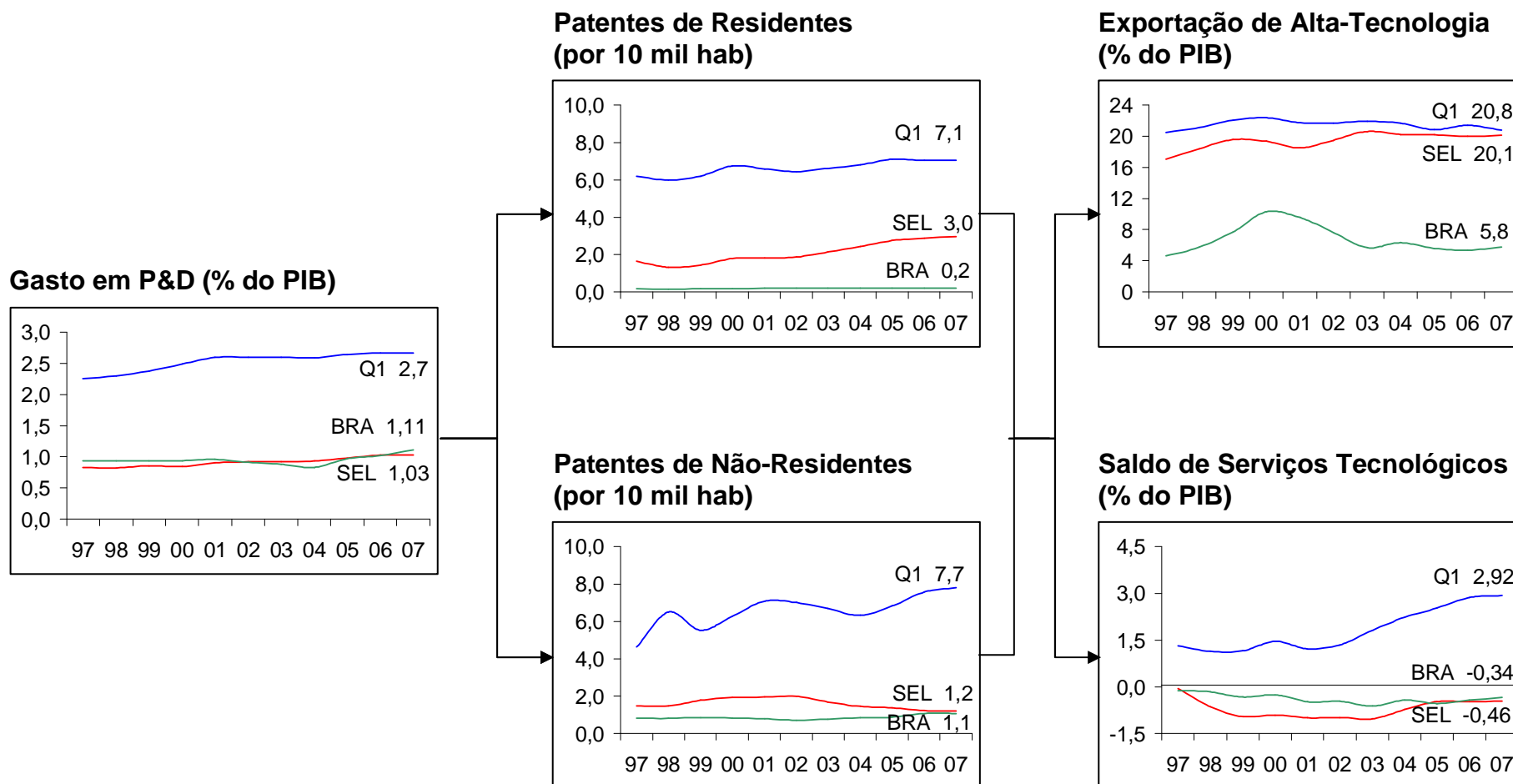
CHINA

600 mil formados
40% dos formandos
4,6 a cada 10 mil hab.



Finalmente, o investimento em P&D, apesar de ser maior do que os países selecionados, é ineficiente na geração de patentes e na produção de resultados comerciais.

AMBIENTE TECNOLÓGICO



O Brasil, desta forma, tem uma baixa competitividade que, apesar de crescente, ainda é inferior à maioria dos concorrentes em função de problemas estruturais.

RESUMO DA COMPETIVIDADE

Carga tributária elevada e crescente, aliada a juros e spread muito superiores aos dos nossos concorrentes, restringem o crédito e criam um ambiente de baixa atratividade para o investimento.

Os gastos em educação, apesar de altos, ainda não se refletiram totalmente em melhora do nível educacional, que é um dos piores dentre os países que concorremos.

Além disso, o Brasil elevou seus gastos em P&D, mas pouco evoluiu nos resultados (patentes e exportações de alta tecnologia), caracterizando uma baixa eficiência no aspecto tecnológico.

Desta forma, a despeito do ganho de competitividade, o Brasil está em 37º, pois, o país ainda apresenta problemas estruturais.



DECOMTEC

Área de Competitividade

ÍNDICE FIESP DE RESISTÊNCIA À CRISE FINANCEIRA (iniciada após a quebra do Lehman Brothers)

III. IMPACTO DA CRISE

O IMPACTO DA CRISE

A crise internacional, a despeito de pouco afetar nas diferenças estruturais dos países, modificou de forma relevante sua conjuntura econômica.

ÍNDICE DE RESISTÊNCIA À CRISE

Os objetivos são:

- analisar a capacidade dos países em resistir às turbulências externas e
- identificar quais foram os fatores que mais impactaram os países.

Para avaliar o impacto da crise, foram selecionadas as 21 variáveis mais afetadas (conjunturais), como nível de atividade, participação do governo, mercado de trabalho e sistemas financeiro e monetário.

Período de análise: variação entre os primeiros trimestres de 2008 e 2009.

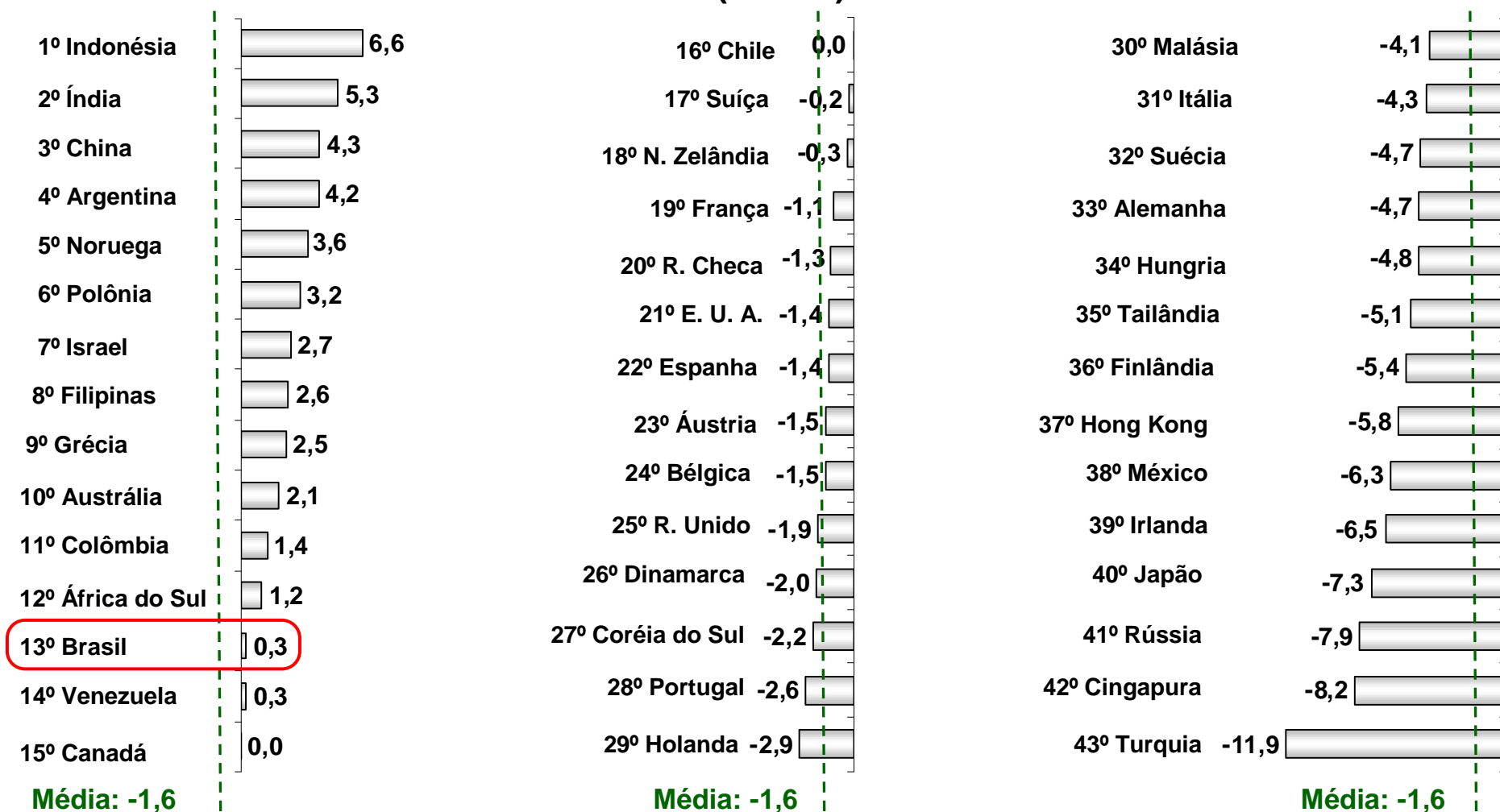
Os países receberam notas que variam entre 0 e 100.

Ranking de Resistência à Crise

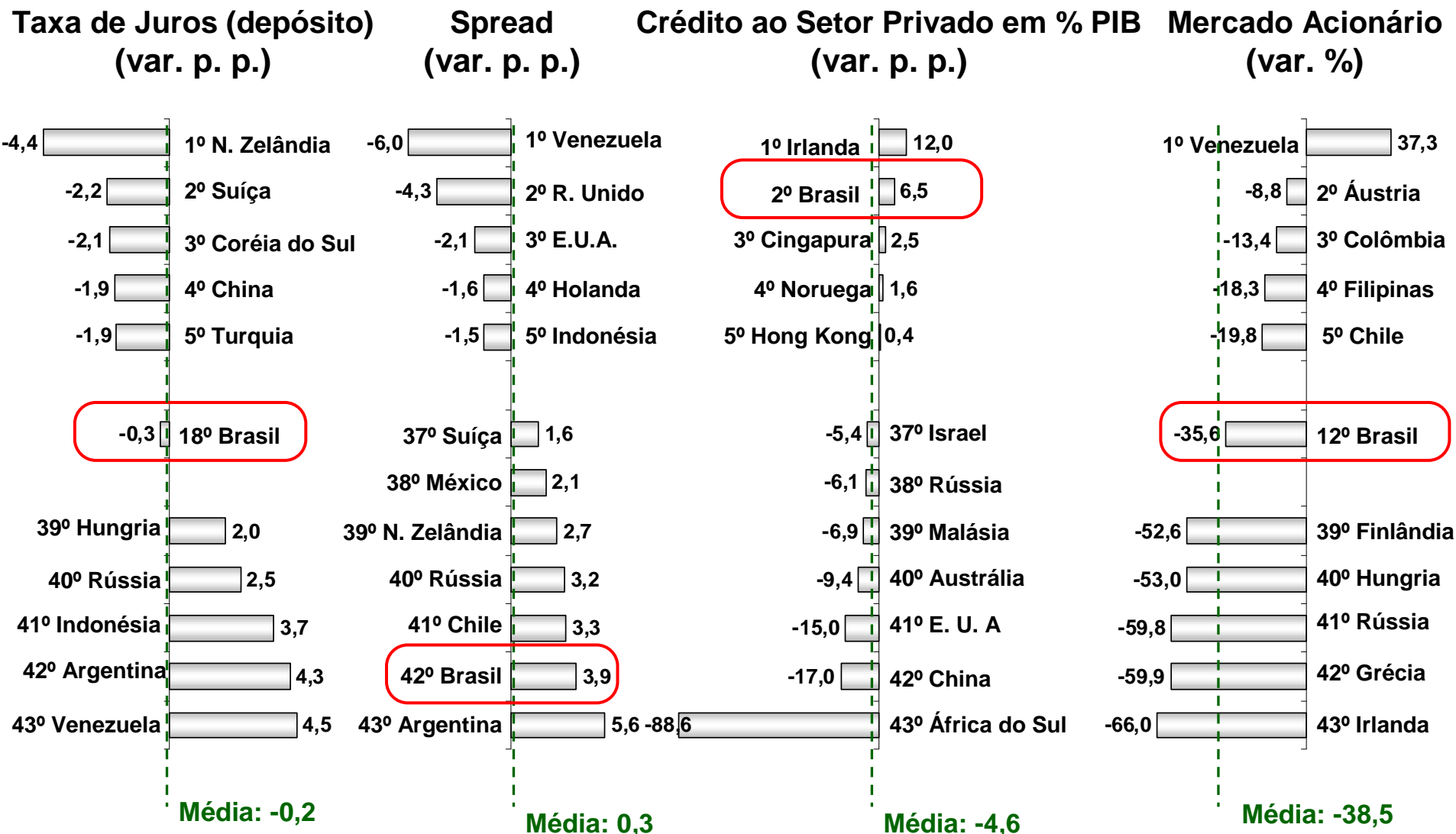
GRUPO	PAÍS	NOTA	RK	GRUPO	PAÍS	NOTA	RK
Alta Resistência	China	100,0	1	Média Baixa	França	36,2	23
	Malásia	74,8	2		Dinamarca	36,0	24
	Noruega	60,5	3		Hungria	35,2	25
	Filipinas	59,9	4		Alemanha	34,0	26
	Tailândia	57,0	5		Holanda	33,2	27
	Grécia	56,6	6		Austrália	32,7	28
	Indonésia	56,0	7		México	32,4	29
	Polônia	52,4	8		Itália	32,2	30
	Índia	51,9	9		Canadá	30,6	31
	Israel	51,2	10		Hong Kong	30,3	32
	Coréia do Sul	50,8	11		Finlândia	29,2	33
Média Alta	Brasil	48,0	12	Baixa Resistência	Suécia	28,8	34
	Chile	46,9	13		Portugal	28,7	35
	Reino Unido	46,2	14		Venezuela	26,8	36
	Nova Zelândia	45,4	15		Bélgica	25,9	37
	República Checa	43,6	16		Suíça	23,2	38
	Colômbia	42,0	17		Japão	17,8	39
	Áustria	40,8	18		Espanha	12,2	40
	Estados Unidos	40,7	19		Cingapura	7,2	41
	Turquia	40,5	20		Irlanda	4,4	42
	Argentina	40,2	21		Rússia	0,0	43
	África do Sul	37,9	22				

Em geral, a crise reduziu a riqueza dos países, provocando uma retração média de 1,6% no PIB per capita (PPC).

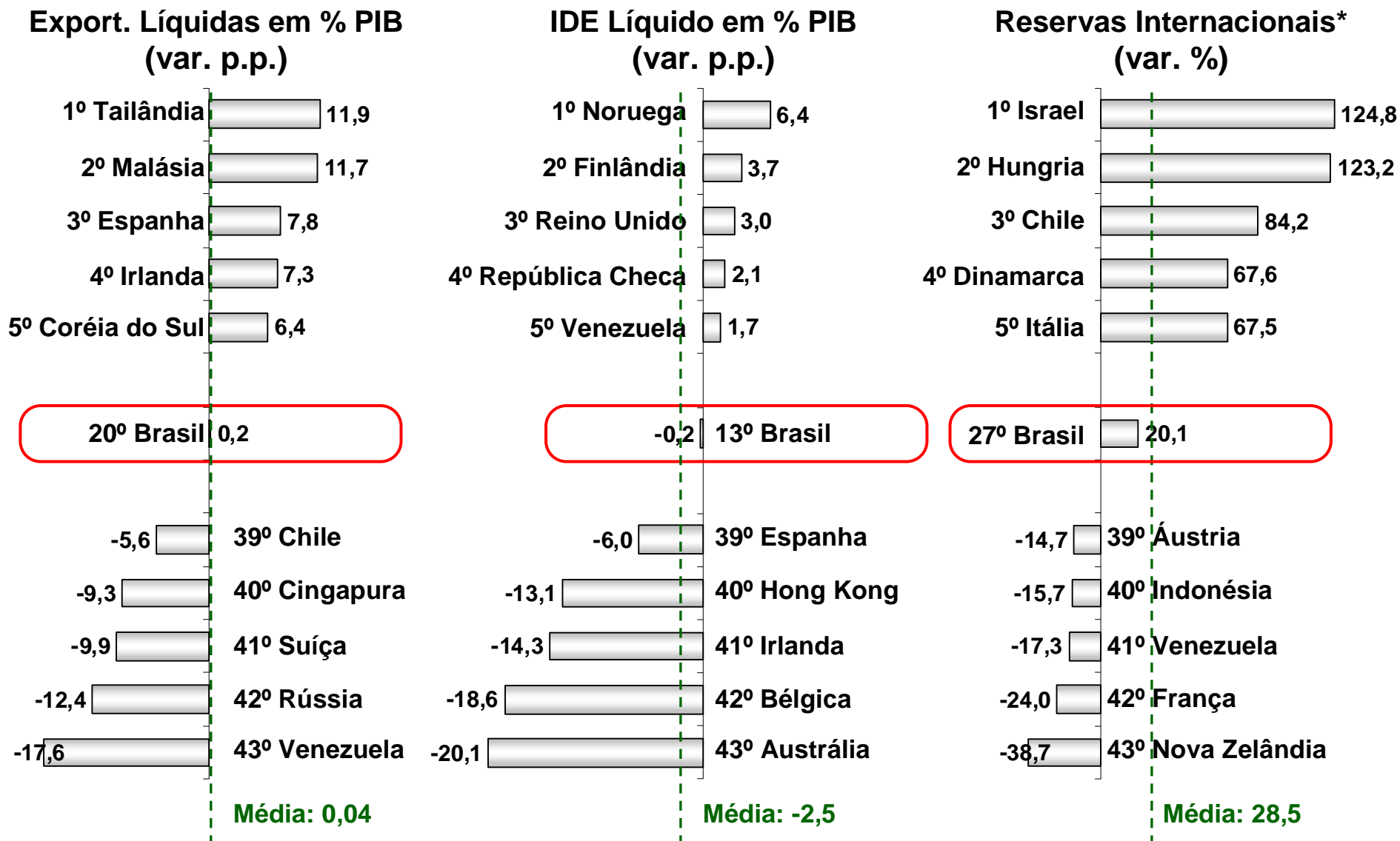
PIB per capita (PPC)
(var. %)



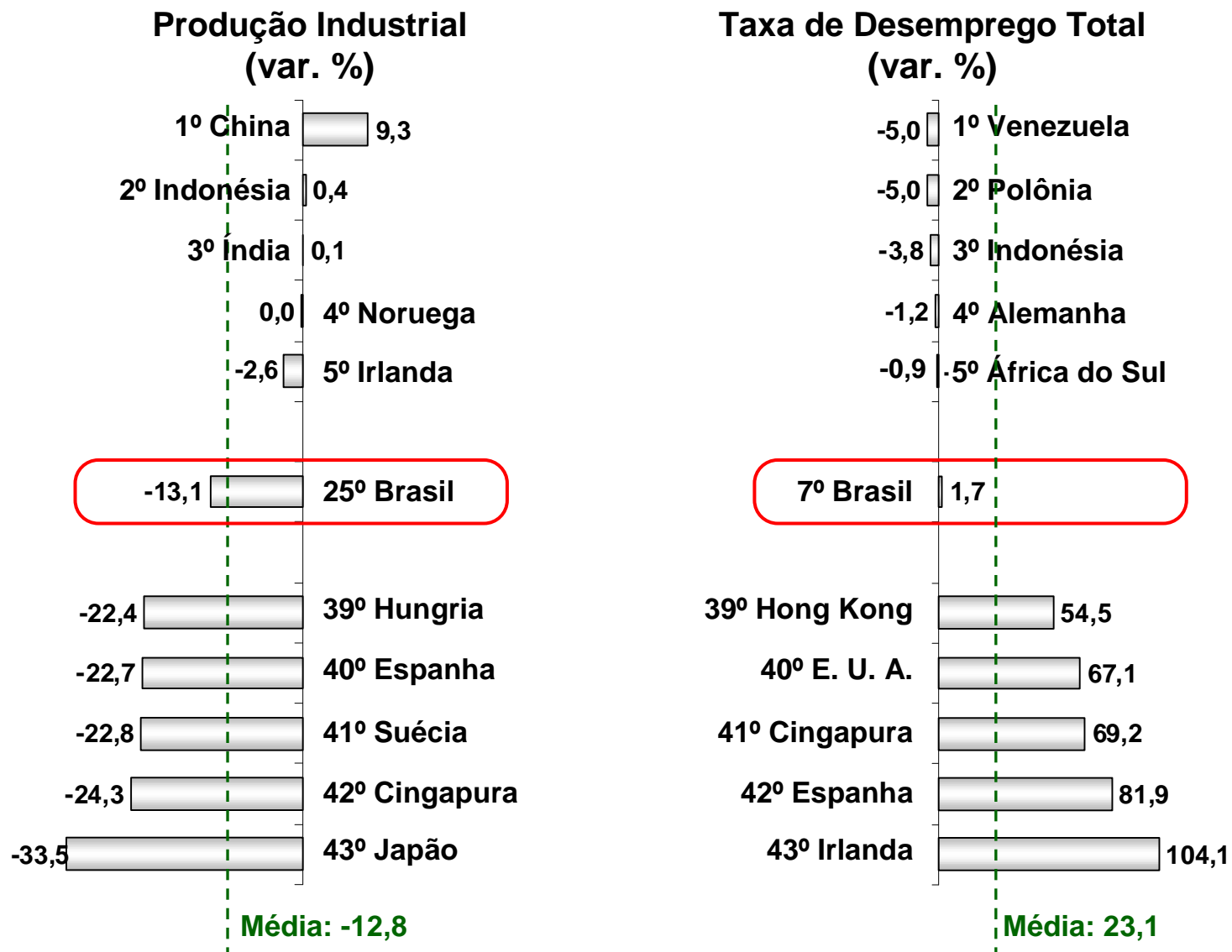
A despeito da queda geral dos juros básicos, alguns países, como o Brasil, aumentaram o Spread, o que, em conjunto com a retração no mercado acionário, comprometeu a oferta de crédito para o setor privado nacional.



O Brasil sofreu, assim como os demais países, com a queda do comércio internacional. Porém, a capacidade de pagar suas importações com as reservas aumentou e, além disso, o investimento estrangeiro teve pouca retração.

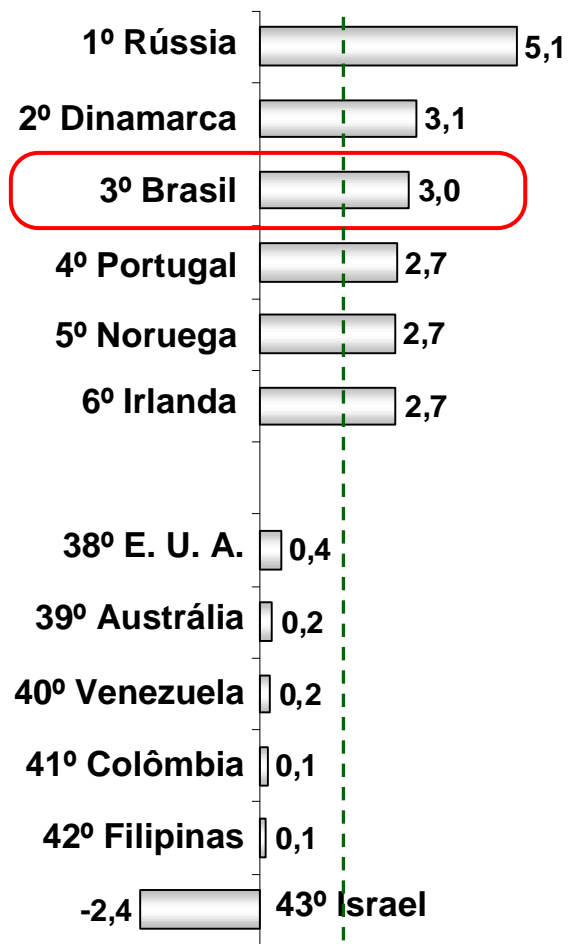


Na atividade econômica, o Brasil foi afetado principalmente no setor industrial, que apresentou queda de 13,1%. O desemprego, entretanto, contrariando a tendência mundial, pouco aumentou.



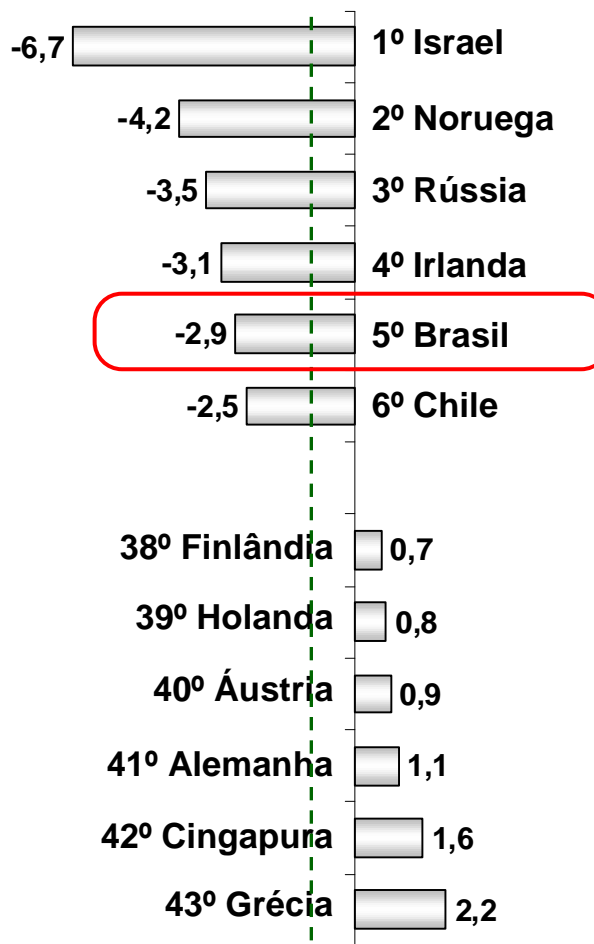
As medidas de incentivo à economia brasileira foram positivas: houve aumento do consumo do governo e redução da carga sem comprometer a dívida pública.

**Consumo do Governo em % PIB
(var. p. p.)**



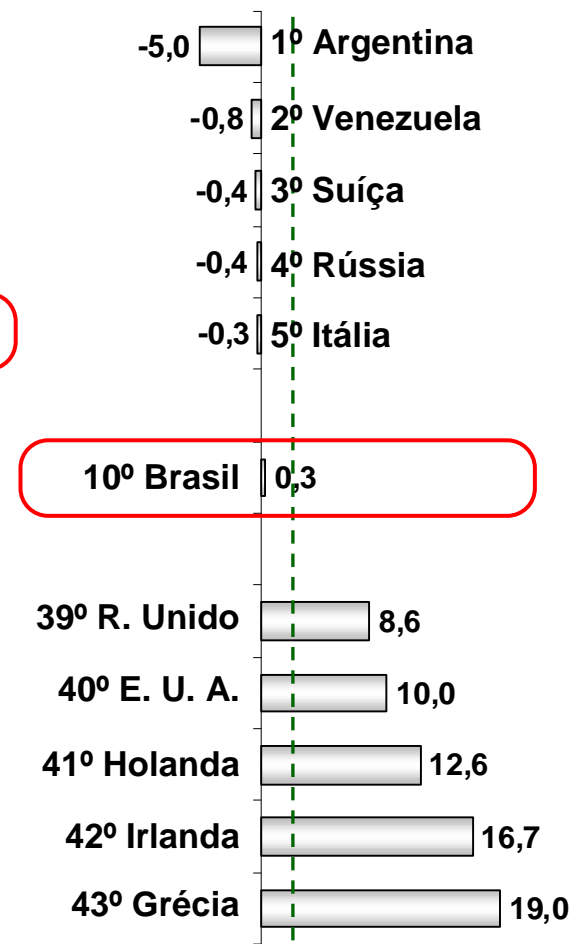
Média: 1,5

**Carga Tributária em % PIB
(var. p. p.)**



Média: -1,2

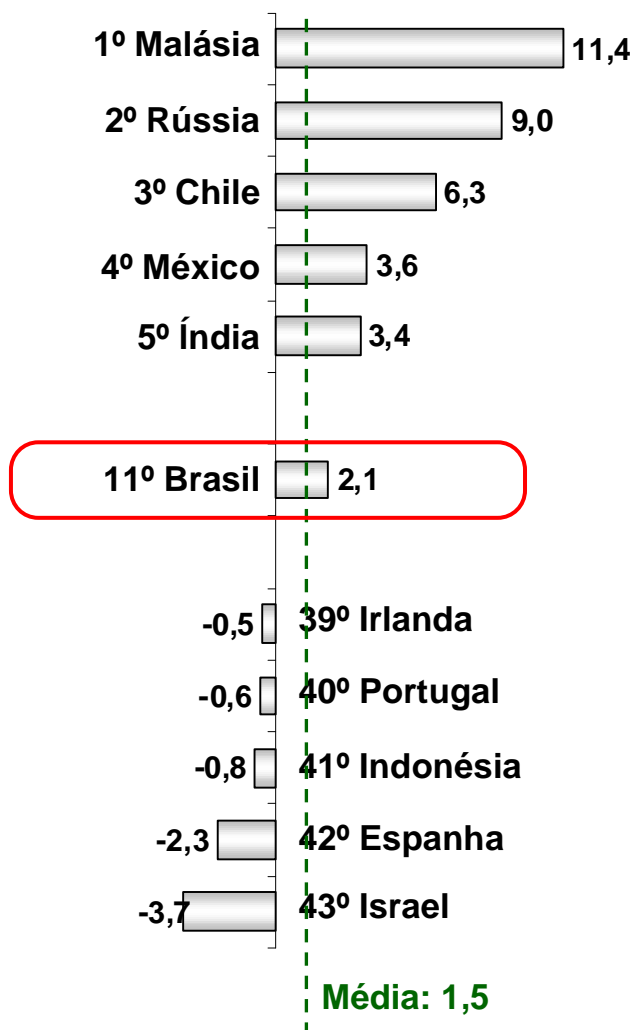
**Dívida pública em % PIB
(var. p.p.)**



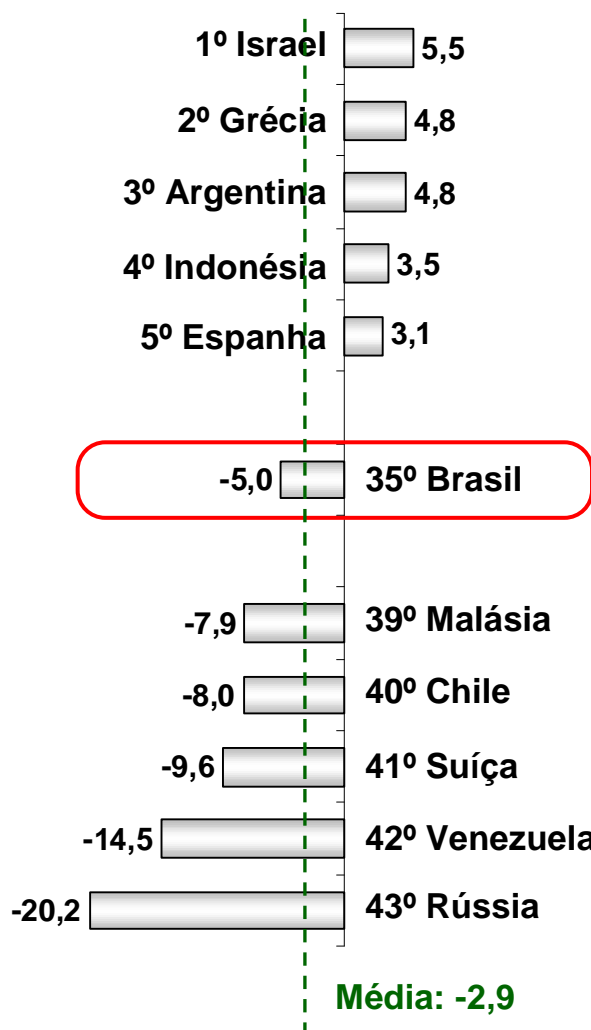
Média: 3,5

As medidas governamentais se traduziram em estímulo ao consumo. Porém, a retração no investimento se torna preocupante dada a queda da poupança doméstica.

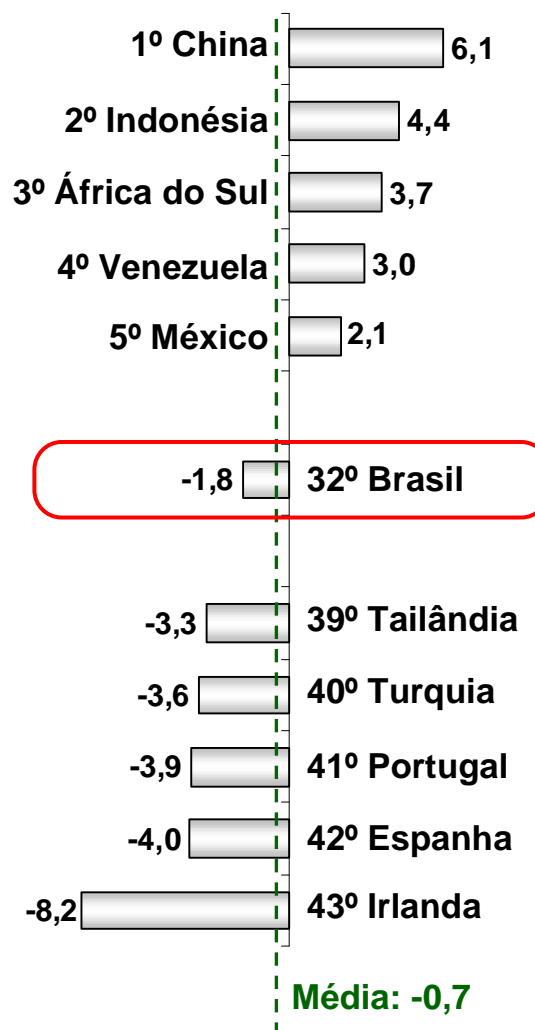
**Consumo das Famílias em % PIB
(var. p.p.)**



**Poupança Doméstica em % PIB
(var. p.p.)**



**FBCF em % PIB
(var. p.p.)**



ESTRATÉGIAS

PRINCIPAIS MEDIDAS: EMERGENTES E DESENVOLVIDOS

Medidas

Emergentes

(Brasil, Rússia, China, Índia, México, Turquia, Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia, Polônia, República Checa e Coréia do Sul)

- Adotaram pesados pacotes de estímulo fiscal, chegando em alguns casos, a superar 10% do PIB, além de combaterem a depreciação do câmbio, visando garantir a solidez das contas externas. Suas medidas passaram tanto pelo incentivo à demanda – por meio de investimentos em infra estrutura e em indústrias estratégicas–, quanto pelo incentivo ao crédito, buscando aumentar a liquidez.

Desenvolvidos

(Bloco do Euro, EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália, Suécia, Dinamarca, Noruega, Japão e Suíça)

- Adotaram medidas principalmente para garantir o funcionamento dos sistemas financeiros, com de injeções de capital, compras de ativos financeiros e empréstimos diretos pelo tesouro, além do fornecimento de garantias para os passivos do setor financeiro

Dentre os asiáticos destacaram-se China, Índia e Coréia do Sul: eles contaram com ações importantes dos seus governos, como o investimento em infra-estrutura.

PRINCIPAIS MEDIDAS: DESTAQUES NA ÁSIA

País	Medidas
China (1º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Investimentos públicos no setor real, focados em infra-estrutura de transporte, rural e projetos de habitação, além de apoio às PMEs e programas de revitalização a indústrias estratégicas, como redução da carga e incentivo a inovação.
Índia (9º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento da liquidez via redução do compulsório, crédito rural e facilitação de refinanciamento de PMEs e habitação, além de investimentos em infra-estrutura urbana, de transporte e energética e redução geral do IVA.
Coréia do Sul (11º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento da liquidez do sistema financeiro através de garantias de depósito, redução da carga para incentivar consumo de baixa renda, investimento em infra-estrutura e aumento da assistência social.

Outros países que se destacaram foram a Noruega e Polônia, que apesar de implementarem medidas para aumentar a liquidez bancária, também investiram em infra-estrutura.

PRINCIPAIS MEDIDAS: DESTAQUES NA EUROPA E BRASIL

País	Medidas
Noruega (3º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Redução de tributos ligados à atividade, aumentos dos gastos em P&D e infra-estrutura de transportes e habitação, ampliação da rede de proteção social, além de um pacote para aumentar a liquidez do sistema bancário.
Polônia (8º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Redução nas taxas de consumo com incentivo à utilização de energia renovável, criação de um fundo de solidariedade social, além de aumento da liquidez bancária, garantindo empréstimos às PMES e aos investimentos em infra-estrutura
Brasil (12º no IRC)	<ul style="list-style-type: none">• Redução do compulsório bancário e dos juros básicos, extensão de programas de financiamento agrícola, ampliação dos recursos do BNDES, redução do IPI para automóveis, materiais de construção e eletrodomésticos e aumento do salário mínimo.

No Brasil, as medidas de incentivo à economia foram, em geral, positivas. Entretanto, há pontos que precisam ser revistos, como o incentivo ao investimento fixo e tecnológico.

BALANÇO DA ECONOMIA BRASILEIRA NA CRISE

POSITIVO

Houve redução do compulsório e da SELIC a partir de jan/2009, caindo de 13,75% para 8,75% ao ano

Importante redução da carga tributária para o consumo, em especial, de materiais de construção, eletrodomésticos e automóveis

Início de projetos de infra-estrutura energética, habitacional e de transportes (viária, ferroviária e portuária)

Ampliação dos recursos do BNDES, criação de linhas de crédito para portes e setores específicos e redução da TJLP de 6,25% p/ 6,00% aa

NEGATIVO

A redução da SELIC não repercutiu em redução dos juros para empréstimo, dado o aumento do spread

A despeito dos incentivos ao consumo, os incentivos e desonerações ao investimento fixo (FBCF) e em tecnologia são insuficientes

Os investimentos em infra-estrutura apresentam demora na execução, em especial os vinculados ao PAC

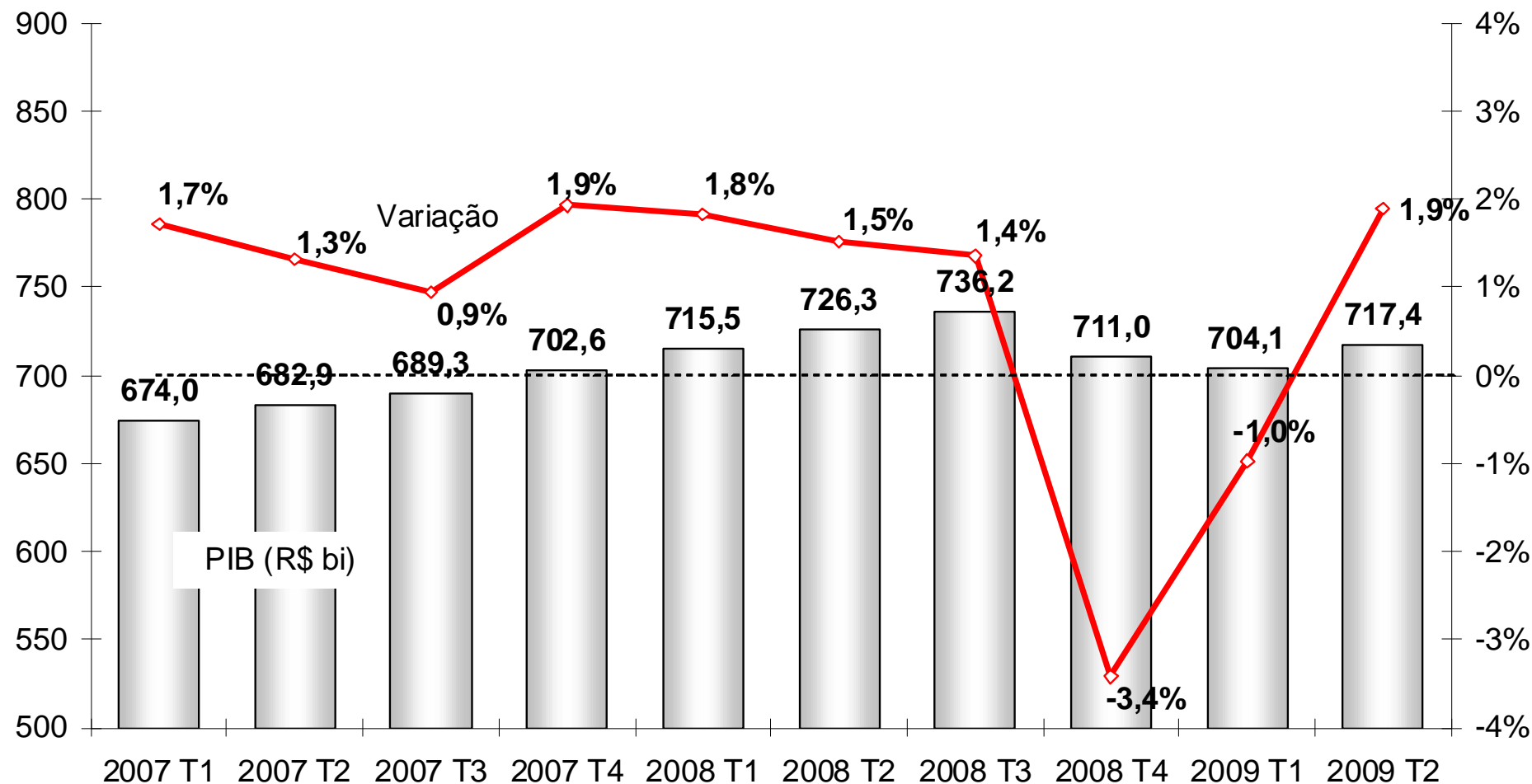
O crédito ao setor privado industrial é escasso. Para MPES, o difícil acesso ao BNDES, aliado à elevada carga, o torna caro

O conjunto de medidas anti-crise, aliado aos fundamentos econômicos, permitiram que o PIB brasileiro, após dois trimestres consecutivos de retração, voltasse a crescer....

Brasil: Evolução do PIB - 2007-09

R\$ bi (valores de 2008) - dessazonalizado

Variação - trimestre anterior

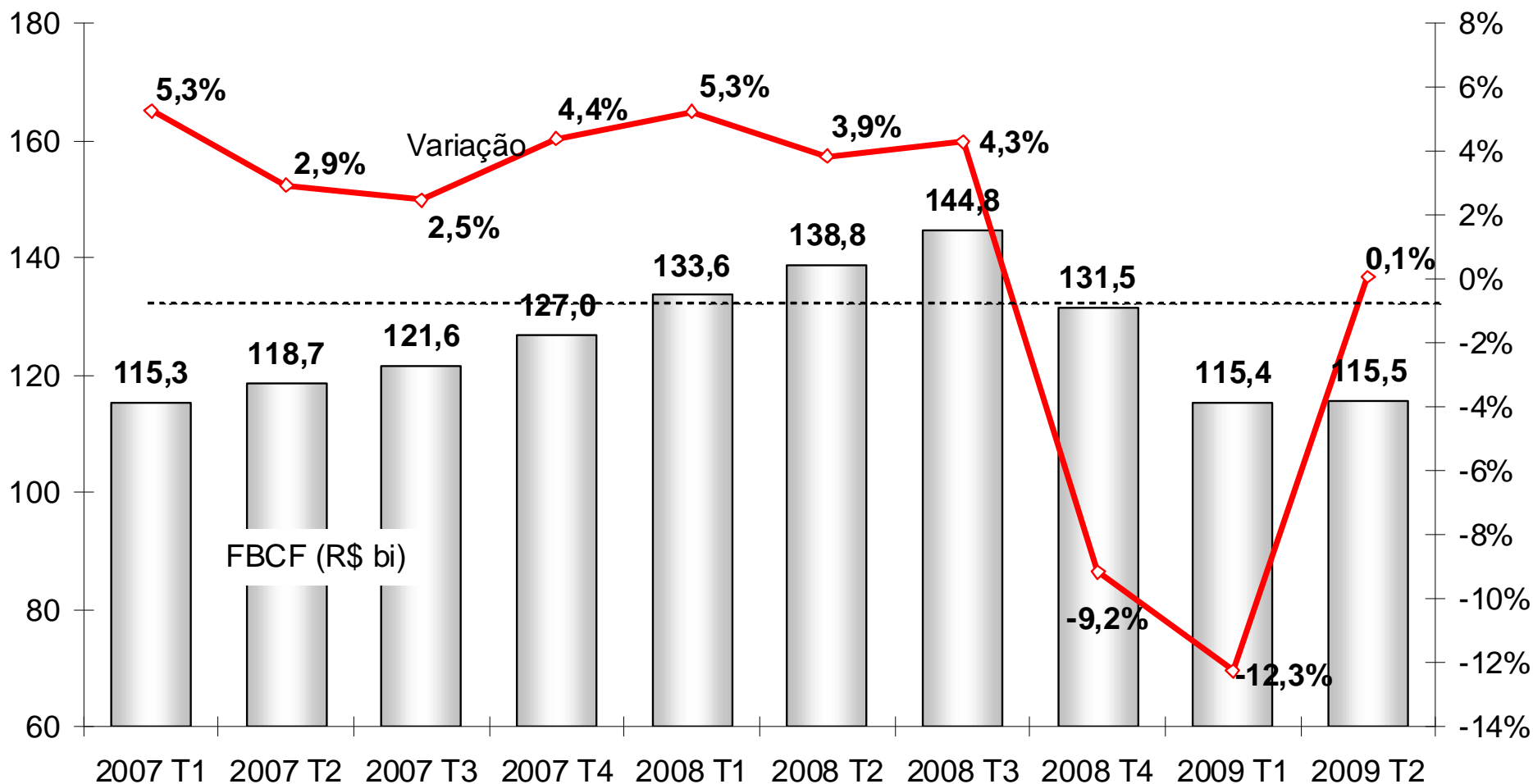


... Porém, o investimento fixo (FBCF), além de apresentar quedas bem mais significativas, ainda não conseguiu recuperar seu nível, o que pode gerar restrições de oferta nos próximos anos.

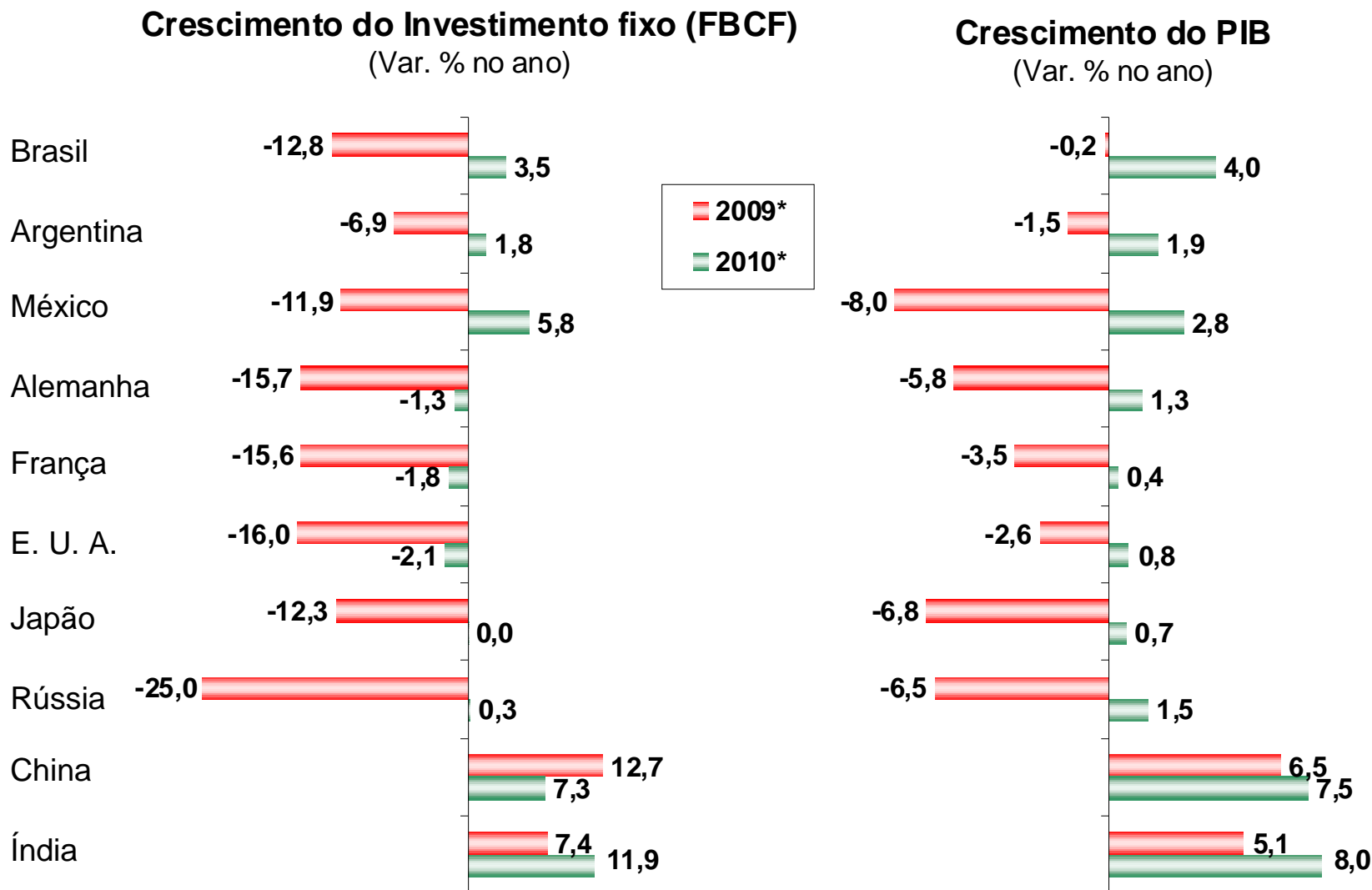
Brasil: Evolução do Investimento fixo (FBCF) - 2007-09

R\$ bi (valores de 2008) - dessazonalizado

Variação - trimestre anterior



Desta forma, é necessário incentivar o investimento, pois ele será o principal fator para determinar o desempenho futuro da economia brasileira.



(*) 2009 e 2010: Expectativas

Fontes: PIB do Brasil: Relatório FOCUS/BCB; FBCF e Outros países: IMF, OCDE e Banco Mundial

As condições para o Brasil voltar a crescer são bastante favoráveis. Entretanto, é preciso incentivar o investimento, que foi o principal fator afetado na crise.

RESUMO DA CRISE NO BRASIL

O conjunto de medidas criadas para minimizar o impacto da crise foi bem sucedido e mostrou que o país deve intensificar as ações de redução da carga tributária, melhorando a gestão pública, sem comprometer as contas governamentais.

Tanto a dívida pública como as reservas internacionais demonstraram-se estáveis quando comparadas às dos outros países, não sendo uma preocupação pós-crise.

Além disso, o Brasil apresentou redução dos juros para depósito e, se não fosse pelo aumento do spread, teria reduzido o custo do financiamento.

O país consolidou, portanto, as bases para voltar a crescer. Assim, comparado aos demais países, o Brasil resistiu bem à crise e pode sair mais competitivo, a depender das políticas de incentivo aos investimentos.

IV. AGENDAS E PROPOSTAS

AGENDA

URGENTE

CAPITAL

- Spread Bancário
- Crédito ao Setor Privado
- Taxa de Juros de Curto Prazo
- Taxa de Juros para Depósito

GOVERNO E ECONOMIA

- Carga Tributária
- Formação Bruta de Capital Fixo
- Consumo do Governo
- Saldo em Bens e Serviços

IMPORTANTE

TECNOLOGIA

- Eficiência dos Gastos em P&D

INFRA-ESTRUTURA

- Energia
- Portos, Aeroportos e Ferrovias

CAPITAL HUMANO

- Eficiência dos gastos públicos em Saúde
- Eficiência dos gastos públicos em Educação com aumento da Média de Escolaridade, da Alfabetização e da Qualidade do Ensino

PROPOSTAS DA FIESP PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE

Elevar o Investimento em Capital Fixo (FBCF)

- Políticas agressivas para ampliação do investimento fixo (FBCF)
- Estimular a atuação do BNDES para MPMEs
- Executar os projetos do PAC
- Aumentar o crédito ao setor privado

Elevar o Investimento em Tecnologia

- Desonerar totalmente os investimentos em inovação e P&D
- Ampliar as subvenções para o desenvolvimento de novas tecnologias
- Reduzir o custo e intensificar o uso das linhas de financiamento
- Estimular investimentos das MPMEs em tecnologia

Reduzir a Carga Tributária

- Incentivar o consumo privado e reduzir os gastos do governo
- Simplificar e tornar mais transparente o sistema tributário
- Para ser competitivo, a carga tributária deve ser comparável à dos concorrentes

Reduzir o Spread Bancário

- Implementar medidas que reduzam os custos da inadimplência, como o cadastro positivo
- Para ser competitivo, o custo de capital deve ser comparável ao dos concorrentes



PRESIDENTE

Paulo Skaf

DECOMTEC

DIRETOR TITULAR

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORIA

Airton Caetano

Almir Daier Abdalla

André Luis Romi

Carlos William de Macedo Ferreira

Cássio Jordão Motta Vecchiatti

Christina Veronika Stein

Cláudio Grineberg

Cláudio José de Góes

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Dimas de Melo Pimenta III

Donizete Duarte da Silva

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Eustáquio de Freitas Guimarães

Francisco Florindo Sanz Esteban

Francisco Xavier Lopes Zapata

João Luiz Fedricci

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Lino Goss Neto

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)

Marco Aurélio de Almeida Rodrigues

Mário William Esper

Nelson Luis de Carvalho Freire

Newton Cyrano Scartezini

Octaviano Raymundo Camargo Silva

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert William Velasquez Salvador (Representante do CJE)

Roberto Musto

Ronaldo da Rocha

Stefano de Angelis

Walter Bartels



ÁREA DE COMPETITIVIDADE

GERENTE

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniela Carla Decaro Schettini

Egidio Zardo Junior

Fulvia Hessel Escudeiro

Guilherme Riccioppo Magacho

José Leandro de Resende Fernandes

Juliana de Souza

Maurício Oliveira Medeiros

Paulo Henrique Rangel Teixeira

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa

Roberta Cristina Possmai

Silas Lozano Paz

ESTAGIÁRIOS

Karen Dias Mendes

APOIO

Maria Cristina B. M. Flores